

Trump e Harris: Impactos distintos no Brasil

Eleições nos Estados Unidos acontecem na terça-feira (5)

Por Karoline Cavalcante

A eleição presidencial dos Estados Unidos da América (EUA), está marcada para acontecer na próxima terça-feira (5), e atrai a atenção do mundo inteiro, incluindo países como o Brasil, que observam de perto a disputa entre Donald Trump (Partido Republicano) e Kamala Harris (Partido Democrata).

Segundo o cientista político Kleber Carrilho, Trump tem um impacto mais significativo em uma possível vitória do Bolsonaro, enquanto Harris não assegura a reeleição do presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

“Em termos práticos, historicamente, não havia muita diferença em vitórias democratas ou republicanas até um passado recente. Porém, nesta onda de polarização paralela, a tendência é que a vitória de Trump seja um fortalecimento de Bolsonaro no Brasil. Além disso, em termos diplomáticos, a relação parece ser mais tranquila com uma noção de normalidade se a vitória for Harris”, inicia.

“A esquerda brasileira não tem uma relação direta com os democratas, embora Biden tenha sido um dos primeiros a reconhecer a vitória de Lula e, com isso, desestimulou as aventuras golpistas nas forças armadas. A questão é que Trump influencia mais uma possível vitória do Bolsonaro, mas Harris não garante vitória de Lula na reeleição”, acrescenta.



Isac Nóbrega/PR

Segundo analistas, vitória de Trump pode ser vitória do bolsonarismo

Política externa

De acordo com o internacionalista João Cândido, a eleição nos Estados Unidos promete influenciar não apenas a política interna americana, mas também as relações internacionais, com impactos diretos no Brasil. A disputa entre Kamala Harris e Donald Trump resulta em cenários distintos para a política externa do país.

Com Harris, o Brasil precisaria reforçar seu compromisso com a sustentabilidade, buscando parcerias com o Partido Democrata em inovações verdes e projetos de energia limpa. “O que poderia atrair investimentos, mas exigiria adaptações nas políticas internas”, avalia.

Enquanto com Trump, o Brasil teria mais liberdade para

seguir sua própria agenda, enfrentando menos pressões para mudar suas políticas ambientais. “No entanto, essa aproximação poderia resultar em um distanciamento em relação a outras nações, especialmente em um contexto de possíveis tensões globais”, finaliza Cândido.

Pesquisa

O cenário é acirrado e ainda indefinido. Em uma pesquisa eleitoral divulgada no sábado (2), às 18h, pelo site FiveThirtyEight, Kamala Harris aparece à frente, com 48% das intenções de voto, enquanto Donald Trump recebe 46,8%, o que representa uma diferença de apenas 1,1 ponto percentual. Um mês atrás, em 2 de outubro, Harris também liderava, mas com uma diferença

maior, de 2,8 pontos percentuais: ela tinha 48,6%, já Trump registrava 45,8%.

No levantamento que questiona os eleitores sobre qual partido apoiariam em uma eleição, os Democratas lideram com 46,1%, à frente dos Republicanos, que registram 45,6%, uma diferença de apenas 0,5 ponto percentual.

Na média das pesquisas de favorabilidade, que medem as opiniões dos estadunidenses sobre os candidatos, Kamala Harris é rejeitada por 48% dos entrevistados, e 46,3% expressam uma opinião favorável a ela. Por outro lado, Donald Trump enfrenta uma rejeição maior, com 52,1% do eleitorado manifestando uma opinião desfavorável, contra 43,6% que o apoiam.

‘Tom ofensivo’: Brasil responde manifestação da Venezuela

Por Karoline Cavalcante

O Ministério das Relações Exteriores (MRE) do Brasil respondeu, na última sexta-feira (1º), às manifestações da Venezuela sobre o país e seus representantes. Em nota, o Itamaraty expressou surpresa em relação ao “tom ofensivo” adotado pelas autoridades venezuelanas.

“O governo brasileiro constata, com surpresa, o tom ofensivo de declarações de autoridades venezuelanas em relação ao Brasil e a seus símbolos nacionais”, diz o início da nota. “A opção por ataques pessoais e escaladas retóricas, em vez de recorrer a canais políticos e diplomáticos, não corresponde à forma respeitosa com que o governo brasileiro trata a Venezuela e seu povo”, acrescenta.

Na quinta-feira (31), a Polícia Nacional Bolivariana da Venezuela publicou uma imagem em seu Instagram mostrando a silhueta do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre a bandeira do Brasil. A mensagem acompanhada pela imagem afirmava: “Caracas não aceita chantagens de ninguém”, além da hashtag: “Quem mexe com a Venezuela se dá mal”.

Brics

Em nota, o Ministério das Relações Exteriores da Venezuela convocou, na última quarta-feira (30), seu embaixador em Brasília, Manuel Vadell, para consultas. A medida visa expressar repúdio às declarações feitas por representantes do governo brasileiro e à atuação do Brasil para que o país presidido



Marcelo Camargo/Agência Brasil

Lula vai se distanciando da Venezuela de Nicolás Maduro

por Nicolás Maduro tivesse vetada a sua pretensão de entrar no Brics como membro associado.

Sob orientação de Maduro, a crítica foi especialmente direcionada ao assessor especial da Presidência da República para Assuntos Internacionais, Celso Amorim, acusado de agir como “mensageiro do imperialismo norte-americano”.

De acordo com o cientista político João Felipe Marques, a atual tensão entre Brasil e Venezuela tem “raízes que transcendem as personalidades de Lula e Maduro”. Ele avalia que a recusa do Brasil em apoiar a entrada da Venezuela nos Brics alinha-se com a postura predominante da comunidade internacional, no entanto, “expõe uma inconsistência”.

“Os Brics carecem de critérios transparentes quanto

à admissão de regimes autoritários, especialmente considerando que China e Rússia, países com sistemas reconhecidamente autocráticos, são membros do bloco. A diferença parece residir menos na natureza do regime político e mais na capacidade econômica: enquanto China e Rússia mantêm economias robustas, a Venezuela não conseguiu capitalizar adequadamente seus recursos petrolíferos para construir uma economia produtiva.”

O especialista afirma que as críticas frequentes contra o Brasil “revela uma abordagem pouco adequada ao praticado nas relações internacionais”. “Esta postura não apenas prejudica o diálogo bilateral como também enfraquece a própria posição venezuelana no cenário internacional”, acrescentou Marques.

Figura retórica

O cientista político Kleber Carrilho analisa que o cenário não é exatamente um conflito, mas sim “pura figura retórica”. “Na verdade, é uma pressão do governo de Maduro para tentar conseguir alguma ação após o evento dos Brics, além de servir para manter a narrativa interna de um inimigo a ser combatido. Por enquanto, é pura figura retórica”, afirma.

Embora Brasil e Venezuela tenham uma aliança histórica, as relações se deterioraram após o governo brasileiro não reconhecer a reeleição de Nicolás Maduro em agosto de 2024, em oposição ao candidato Edmundo González (Unidad). O Tribunal Supremo de Justiça da Venezuela (TSJ), a mais alta corte do país, validou o resultado, mas proibiu a divulgação das atas eleitorais, exacerbando a tensão entre os dois países.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Reprodução

Para Lenio Streck, proposta é “harakiri institucional”

Jurista diz que anistia a golpistas é inconstitucional

Especialista em direito constitucional e professor da Unisinos, Lenio Streck classifica de inconstitucional o projeto de lei que prevê anistia para envolvidos em atos golpistas.

Para ele, uma eventual aprovação da proposta seria um “drible da vaca” na principal lei do país e um “harakiri (suicídio) institucional”.

Segundo Streck, não podem ser anistiados cri-

mes cometidos contra a democracia estabelecida pela Constituição. “O Supremo Tribunal Federal, em seus julgamentos, diz que houve tentativa violenta de ruptura institucional”, ressalta.

Segundo ele, uma decisão favorável do Congresso ao projeto contribuiria para gerar uma crise institucional, já o que o STF tenderia a vetar a lei que viesse a ser criada.

Problemas

“Anistias são para resolver problemas, não para criá-los”, frisa o advogado, membro da comissão de Direito Constitucional do Instituto dos Advogados Brasileiros. Lembra que o STF anulou o indulto do então presidente Jair Bolsonaro ao ex-deputado Daniel Silveira.

Pacificação

Streck lembra que anistias servem para pacificar um país depois de períodos autoritários, como a que foi concedida em 1979. “Anistias são processos de exceção que servem para apaziguamentos, todos ficam de acordo, não podem ser elementos de divisão”, diz.



Marcelo Camargo/Agência Brasil

Golpistas quebraram sedes de poderes

Para advogado, 8 de Janeiro não pode ser esquecido

O jurista destaca que o 8 de Janeiro — que classifica de momento mais grave do país desde 1988 — não pode ser esquecido ou ignorado.

Afirma que o crime existe e foi contra a democracia. “O país tem gordura institucional para esquecer o que houve?”, questiona, ao tratar do risco de uma anistia incenti-

var uma repetição de tentativas golpistas.

Streck lembra que, pelo Código Penal, todos os que contribuem para o crime têm que ser punidos — na medida de sua culpa. Por enquanto, têm sido condenados os executores, mas também serão julgados incentivadores, financiadores e mandantes.

Amplitude

O projeto que tramita na Câmara foi apresentado pelo então deputado Major Vitor Hugo (PL-GO) em novembro de 2022, antes do 8 de Janeiro. Concede anistia a todos que tenham participado de manifestações desde 30 de outubro, quando Lula foi eleito.

Contra o relógio

Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara, disse que o tema será resolvido ainda na gestão, que termina no início de fevereiro. A questão é o tempo: a Comissão Especial por ele criada terá 40 sessões do plenário para tratar do tema e o recesso começa em 22 de dezembro.

Habilidade

E por falar no Lira. A pergunta que não quer calar e que mais circula nos corredores e gabinetes da Câmara ainda está sem resposta: como é que ele convenceu PT e PL a aceitarem a criação da Comissão Especial sobre a anistia? Aposta-se que um dos lados foi enganado.

Desafio

Parlamentares mais experientes tentam resolver uma questão complicada. Um jeito, sem atropelar o STF, de diminuir as penas dos condenados a até 17 anos por participação não decisiva na tentativa de golpe. O problema é que, neste caso, mandantes não seriam beneficiados.